



REVES - Revista Relações Sociais (eISSN 2595-4490)

O trato da questão social nos cursos de serviço social no interior do estado do Amazonas¹

Dealing with the social issue in social work courses in the interior of the state of Amazonas

Sendy Lee Shoji Santos

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-6089-2859>

Instituto Silvério de Almeida Tundis, Brasil

E-mail: sendylee.shoji@gmail.com

Roberta Ferreira Coelho de Andrade

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6535-0760>

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

E-mail: robertaferreira@ufam.edu.br

Escarlete Raíssa Evangelista da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4729-5937>

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

E-mail: escarleteraissa@gmail.com

Article Info:

Article history: Received 2023-07-01

Accepted 2023-07-15

Available online 2023-07-19

doi: 10.18540/revesv16iiss2pp16191-01e



Resumo. A questão social na Amazônia possui particularidades, expressas em razão da própria sociobiodiversidade da região, devendo ser pensada de maneira crítica no âmbito acadêmico-profissional. Este artigo é resultado de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, de natureza exploratória, o qual problematiza à luz do materialismo histórico e dialético como os cursos de Serviço Social de instituições de ensino superior no interior do Estado do Amazonas tratam a Questão Social na Amazônia dentro processo de formação profissional. Os resultados explicitaram a centralidade da questão social para a profissão, bem como propõem um debate sobre a mercantilização da educação superior e a construção de um projeto pedagógico de curso que abarque as particularidades regionais.

Palavras-chave: Questão social. Formação profissional. Amazônia. Serviço social.

Abstract. The social issue in the Amazon has particularities, expressed due to the very socio-biodiversity of the region, and should be thought of critically in the academic-professional sphere. This article is the result of bibliographical, documentary and field

¹ Este artigo foi produzido no Departamento de Serviço Social e no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

research, of an exploratory nature, which problematizes in the light of historical and dialectical materialism how the Social Work courses of higher education institutions in the interior of the State of Amazonas treat the Social Issue in the Amazon within the professional training process. The results made explicit the centrality of the social question for the profession, as well as proposing a debate on the commercialization of higher education and the construction of a pedagogical course project that encompasses regional particularities.

Keywords: Social Issue. Professional Training. Amazonia. Social Work.

1. Introdução

A questão social assume centralidade na formação profissional em Serviço Social, visto que se apresenta como matéria prima e objeto de trabalho do assistente social. Ela é matéria para a fundamentação teórica, metodológica e política da profissão. Dessa maneira, tem influência substancial no direcionamento das estratégias de intervenção formuladas e propostas pela categoria. Mas seu conceito não é unívoco, a noção adotada neste artigo é fundamentada na crítica da economia política, “que o toma o trabalho como categoria central e não o descola da sua polaridade: o capital” (TEIXEIRA, 2009, p. 26).

Evidencia-se que a questão social é concebida dentro da formação profissional a partir de uma perspectiva histórico-crítica, de base marxista, e é o objeto de trabalho do assistente social, pois à medida que a exploração da classe trabalhadora aumenta em função dos lucros capitalistas, cresce também a precarização da vida do proletariado em diferentes dimensões na esfera cotidiana e, assim, a questão social se manifesta por meio de inúmeras expressões, tais como a pobreza, o desemprego, a prostituição, tráfico, violação de direitos, violência, entre outros. Logo, perceber as particularidades da questão social na Amazônia é imprescindível para os profissionais do Serviço Social que trabalham na região, bem como para os acadêmicos, futuros profissionais, que experimentarão, nos diversos espaços sócio-ocupacionais, o contato direto com as expressões da questão social que permeiam a vida em nossa sociedade.

Este artigo é resultado de pesquisa vinculada ao projeto-macro intitulado “Formação Profissional do Assistente Social no Estado do Amazonas”, desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Estudos de Serviço Social, Trabalho e Direitos na Amazônia (ESTRADAS), com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que teve por um de seus objetivos conhecer como os cursos de Serviço Social de instituições de Ensino Superior no Interior do Estado do Amazonas tratam a Questão Social na Amazônia no processo de formação profissional, de modo a identificar se a formação neles conduzida tem permitido aos discentes o conhecimento e a aproximação às diferentes expressões da questão social na Amazônia.

O método que norteou a pesquisa foi o materialismo histórico-dialético, com uma abordagem qualitativa de natureza exploratória, bem como a realização das pesquisas bibliográfica, documental e de campo. Espera-se que o artigo oportunize e amplie o debate sobre como se apresentam as expressões da questão social na Amazônia. E assim, ofereça aos acadêmicos e pesquisadores a possibilidade de aprimorar suas competências teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para responder às demandas da realidade social em que

desenvolverão seu trabalho profissional, que, no caso amazônico, pressupõe um profundo debate sobre as particularidades que conformam esse contexto.

2. Questão social na Amazônia

Para entender a questão social, é necessário considerar que ela se constitui em um processo histórico e cultural, intrinsecamente ligado ao desenvolvimento do capitalismo e às contradições relativas à acumulação de riquezas, às relações de capital/trabalho, ao avanço dos modos de produção e à entrada do proletariado no cenário político. Esse processo leva em conta as especificidades locais, pois compreendemos que tal questão gera uma série de expressões que se reproduzem de formas variadas, e com diferentes intensidades, dependendo do contexto histórico, político e social de cada região, de modo que tais características devem ser consideradas na formação profissional, a fim de que haja formulações de estratégias eficientes de enfrentamento das desigualdades vigentes, sobre as quais o profissional deve agir.

Mas para compreender a questão social na Amazônia, é necessário reconhecer que neste espaço geográfico, cultural e socialmente diverso, as desigualdades assumem feições próprias, que são produto de um longo processo de desenvolvimento capitalista, marcado pela imposição da dependência, da espoliação dos povos originários e tradicionais, pela degradação dos recursos naturais. Como bem salientou Ianni (1989, p. 148), a “questão social apresenta diferentes aspectos, econômicos, políticos e culturais [...]. Aqui podem estar presentes os negros, lá, os índios. Sem esquecer que muitas vezes um é o outro”. Dessa maneira, as reivindicações e revoltas dos sujeitos sociais não se esgotam em aspectos relacionados à economia e à política, por vezes os conflitos implicam fatores culturais e ambientais. No âmbito acadêmico-profissional, esse entendimento é de suma importância para a construção de ações interventivas voltadas para a realidade local.

Obviamente, a questão social na Amazônia tem ligação com a disseminação do domínio capitalista, o desenvolvimento de novas tecnologias, as mutações nas relações sociais e de produção, a expropriação de antigos modos de vida em favor do mercado, e também, com as desigualdades e os conflitos advindos de todas essas transformações no meio social. Porém, essas mudanças não podem ser pensadas na Amazônia, assim como suas intervenções, da mesma maneira que são nas demais regiões do país, pois elas possuem particularidades relativas a fatores culturais, econômicos, geopolíticos e históricos dessa localidade.

Para Barbosa e Sá (2009, p.69), “a questão social se explicita na Amazônia, a partir do processo de descolonização, particularmente, com a formação de um mercado de trabalho dependente em condições extremamente precárias”. As autoras argumentam que os povos amazônicos possuíam, e em determinados lugares ainda continuam a apresentar, práticas produtivas voltadas para a subsistência, organicamente vinculadas ao extrativismo vegetal e à pesca, de modo que exercem uma relação particular com o ambiente e o trabalho. A abundância da fauna e da flora, bem como o convívio direto com a natureza, levaram à prática cultural do trabalho nômade, à medida que não era necessário o trabalho rotineiro ou árduo para garantir a sobrevivência dos grupos sociais das florestas. Contudo, essa realidade começou a ser impactada com o avanço capitalista na região, visto que foi se construindo um mercado que impunha o trabalho compulsório, afetando as relações produtivas e culturais desses povos.

O ápice aconteceu a partir da década de 1970, com o favorecimento de grandes empreendimentos econômicos que demarcaram um novo momento na Amazônia, no

qual a questão social se mostrou pelo intenso crescimento populacional, tanto no campo quanto nas cidades, formando aglomerações residenciais sem infraestrutura básica e condições de higiene, segurança e saúde. O Estado é chamado para exercer práticas de controle populacional, tendo em vista o ajustamento aos padrões socialmente impostos, como forma de equacionar conflitos e manter o equilíbrio para garantir a “harmonia social”. Para Barbosa e Sá (2009), as necessidades sociais decorrentes dos processos de expropriação no campo e de precarização das condições de vida nas cidades são manifestações do crescimento e da miséria.

Os povos indígenas, por exemplo, apresentam particularidades as quais, de acordo com Amaral e Bilar (2020, p. 184), são expressas em sua cultura, suas tradições, resistências históricas e, também, no seu pertencimento territorial, de maneira que o desconhecimento de tais aspectos “pode ter como consequência reprodução de visões preconceituosas e de atitudes discriminatórias no cotidiano da vida social e, fundamentalmente, do exercício profissional”. Os autores abordam a invasão e a exploração dos territórios indígenas como expressão da questão social particular desses povos e salientam que essas “constantes invasões dos territórios indígenas aprofundam ainda mais sua vulnerabilidade identitária, cultural e social” (AMARAL; BILAR, 2020, p. 184).

Esse processo predatório na Amazônia é intensificado com a aceleração da globalização e transformações na estrutura urbana das cidades, que se dão em meio a uma conjuntura econômica neoliberal², que aprofunda a precariedade e/ou inexistência de políticas públicas, tanto na área urbana como na área rural, contribuindo, dessa forma, para um processo de empobrecimento generalizado da sua população. É inegável o desafio que se coloca aos profissionais do Serviço Social na Amazônia, não apenas porque a questão social é reconhecida como o eixo central para a profissão, o que exige um entendimento profundo dessa categoria teórica e suas expressões, mas porque os espaços sócio-ocupacionais nos quais esses profissionais devem atuar são heterogêneos e possuem particularidades regionais que não podem ser ignoradas na busca de intervenções que possam de fato constituir uma melhora na qualidade da população.

O debate sobre a questão social na Amazônia se faz necessário para a formação profissional do assistente social na região, pois nos provoca um pensar diferenciado e propositivo com caráter investigativo e interventivo, que nos tensiona a romper com o paradigma das alternativas de desenvolvimento impostas pela globalização neoliberal. Barbosa e Sá (2009, p. 89-90) nos alertam que é preciso “conhecer a Amazônia, sua sociodiversidade como condição para a estruturação de políticas públicas voltadas à valorização de sua bacia de trabalho e, consequentemente de suas riquezas naturais e da diversidade sociocultural” .

Sabe-se que a formação profissional não diz respeito apenas ao ensino em Serviço Social. A formação profissional é “um processo contínuo e inacabado de autoqualificação, de educação permanente, de construção de saberes mediatizados pela prática social, na qual se insere a prática profissional” (PINTO, 1997, p. 46). Nesse sentido, a formação colocada aqui não se restringe ao âmbito acadêmico, embora nesse espaço se dê inicialmente a preparação para o exercício profissional,

²Entramos em consonância com o pensamento de Rubens Casara (2021), e compreendemos o neoliberalismo para além de uma forma de dominação capitalista, atua enquanto racionalidade, maneira de ver, compreender, perceber e sentir o mundo, na metamorfose do próprio sujeito, pela introjeção subjetiva, através do imaginário. O neoliberalismo não é apenas uma proposta de sistema econômico e político, mas um projeto de descivilização, naturalizando o sofrimento e esvaziando a democracia.

mas expressa a direção social, teórico-metodológica e ética que deve nortear o processo sempre contínuo de qualificação.

É necessário que a formação profissional discuta a questão social a partir da perspectiva de totalidade, abrangendo as alternativas de enfrentamento a tal questão. Contudo, não pode deixar de problematizar os processos que constituem a sua origem e expressões na região, cujas manifestações se materializam em variados espaços sócio-ocupacionais, dentro dos quais os assistentes sociais irão trabalhar. Entendemos que somente sob o prisma do desenvolvimento local é possível “dar voz e vez às vocações regionais” (BARBOSA; SÁ, 2009, p. 89), proporcionar o aumento da qualidade de vida e garantir o direito à cidadania dos povos amazônicos.

3. Situando os locais de pesquisa e os sujeitos

Os dados foram coletados junto a discentes do Curso de Serviço Social de duas Instituições de Ensino Superior (IES) situadas nos municípios de Parintins, Coari e Itacoatiara. A primeira IES investigada está localizada no município de Parintins e possui caráter público e presencial, enquanto a outra IES possui caráter privado e oferece o curso a distância nos três municípios investigados.

Para preservar o anonimato das instituições participantes da pesquisa e manter o respeito ético nos processos de análises, dentro deste trabalho, elas serão tratadas como “IES1” (pública/presencial) e “IES2” (privada/a distância). A IES1 oferta o curso de Serviço Social em Parintins desde 2007, mesmo ano em que a IES2 começou a proporcionar essa formação profissional no município de Coari. Nos outros dois polos de ensino da IES2, Itacoatiara e Parintins, o curso passou a ser ministrado somente no ano de 2012.

Para coletar os dados foram aplicados questionários em ambas as instituições, totalizando 77 discentes participantes da pesquisa, dos quais, 40% são referentes ao município de Parintins, 43% correspondem ao município de Itacoatiara e 17% são atinentes a Coari. Desses 77 participantes, 24% pertencem à IES1 e 76% à IES2. Reitera-se que a IES1 está em funcionamento apenas em um município (Parintins) e a IES2 exerce suas atividades nos três municípios investigados (Parintins, Coari e Itacoatiara).

3.1 Questão Social na Amazônia? Um olhar para as IES em estudo

Ao observarmos as IES participantes da pesquisa, primeiramente, buscou-se analisar se existe um entendimento claro a respeito das particularidades da questão social na Amazônia, visto que as Diretrizes Curriculares formuladas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS (1997) e o próprio Projeto Ético-Político (PEP) da categoria reconhecem a importância de se perceber as expressões da questão social, no contexto da formação profissional, levando em conta as particularidades culturais e regionais.

As análises dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) das IES1 e IES2 deixam evidente que apenas na proposta curricular da IES1 existe menção à questão social na Amazônia de forma clara. O referido projeto afirma a importância de aproximar os discentes das especificidades locais para compor uma leitura mais consistente sobre as expressões da questão social na região e, assim, propor intervenções sobre os problemas sociais vigentes nessa realidade. Em concordância com as Diretrizes Curriculares formuladas pela ABEPSS, o PPC da IES1 discorre que,

Cumpriu ser necessária no novo currículo, a abordagem da questão social na Amazônia, a qual foi demandada em relevo para ser transformada em uma disciplina obrigatória. Não esquecendo que Questão Social é princípio universalizador da compreensão da realidade de intervenção do assistente social. Entretanto, a questão social na Amazônia assume formas e manifestações peculiares, como: a problemática ambiental, os elementos culturais de povos e populações tradicionais e o próprio modo de vida desses atores que trazem uma riqueza sociodiversa. A ABEPSS, em sua atual proposta de formação profissional, chama a atenção para este aspecto, propondo que a questão social constitua o objeto central a ser trabalhado nos processos de formação profissional e essa orientação necessita de uma leitura mais regionalizada (IES1, 2012, p.15).

Dessa maneira, observamos que o contexto amazônico ganha destaque na formação profissional disponibilizada na IES1, principalmente por meio das disciplinas obrigatórias ofertadas, “Questão Social na Amazônia” e “História e Cultura da Amazônia”. Percebemos, então, que na referida instituição existe uma preocupação voltada para a assimilação da questão social e suas expressões na realidade amazônica. Evidencia-se para nós que tais disciplinas buscam oferecer um entendimento da formação histórica, econômica, política e cultural da região, objetivando que os discentes percebam as refrações da questão social na Amazônia e as melhores formas de intervenção.

Ao examinarmos o PPC da IES2, constatamos que existem menções pontuais referentes à intenção de preparar os discentes para a intervenção em problemas regionais, porém não cita a questão social na Amazônia em nenhum momento, ou o contexto amazônico em qualquer âmbito. Esse tema também não aparece no interior de nenhuma disciplina, seja ela optativa ou obrigatória. Uma aproximação aparece no tópico relacionado às “Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso”, onde há um item que versa sobre “políticas de educação ambiental³”, no qual é mencionado o contexto regional, conforme destaca o PPC da IES2:

O reconhecimento do papel transformador da temática Educação Ambiental torna-se cada vez mais visível diante do atual contexto regional, nacional e mundial em que a preocupação com as mudanças climáticas, a degradação da natureza, a redução da biodiversidade, os riscos socioambientais locais e globais, e as necessidades planetárias são evidenciados na prática social atual (IES2, 2017, p. 141).

Todavia, ao analisarmos o conteúdo, não há destaque para esse problema na esfera amazônica, de maneira que tende a ser apresentada uma proposta de intervenção generalista que não abrange especificidades regionais ou os conflitos expressos pela questão social na Amazônia.

No que concerne às informações coletadas na pesquisa de campo, objetivamos conhecer o trato da questão social na Amazônia dentro dos cursos de Serviço Social no interior do Estado do Amazonas. A primeira questão referente ao tema diz respeito à importância da formação profissional em Serviço Social no Amazonas refletir os

³ Entende-se por educação ambiental “[...] os processos por meio dos quais o indivíduo desenvolve competências voltadas para conservação do ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e a sustentabilidade” (art. 1º da Lei n. 9.795/99).

problemas próprios da região amazônica. Os dados coletados revelam que 83% dos discentes participantes da pesquisa consideram importante pensar, no contexto da formação acadêmica, as particularidades amazônicas. Já 15% dos discentes investigados acreditam que não é um aspecto importante para se trabalhar isoladamente dentro da formação profissional, e 2% não forneceram resposta para essa questão.

Vale destacar que todas as respostas que apresentam o entendimento de que não é importante abordar problemas próprios da Amazônia nos cursos de Serviço Social na região estavam presentes nos questionários aplicados na IES2, o que nos leva a refletir se o ensino superior em Serviço Social na modalidade a distância, com a estrutura curricular atual, está de fato conseguindo preparar os discentes para atuar dentro dos diversos espaços sócio-ocupacionais da região.

Quanto às justificativas para a relevância, ou não, de se refletir as particularidades da Amazônia dentro da formação profissional em Serviço Social no estado do Amazonas, algumas concepções se explicitaram e foi possível dividir categorias que representam os entendimentos dos discentes sobre as dimensões que constituem o Serviço Social enquanto profissão e também a percepção de tais acadêmicos sobre a questão social na região, dos quais 15% acreditam existir uma necessidade de se conhecer a região no contexto da formação profissional. Para esses discentes, é indispensável identificar as características do meio social ao qual pertencem e irão trabalhar. Entendem que a dimensão investigativa compõe a profissão, de modo que reconhecem a necessidade de assimilar e analisar os aspectos constituintes dos espaços sócio-ocupacionais para os quais se destina sua atuação, porém não abordaram a relevância desse conhecimento para a intervenção nos problemas sociais locais.

Por outro lado, 50% dos participantes da pesquisa alcançaram o entendimento referente ao caráter interventivo da categoria no contexto de suas justificativas. Nos questionários ficou perceptível para nós que esses discentes entendem a necessidade de conhecer a região, assim como a realidade local vigente, para intervir em seus problemas de maneira efetiva na busca pela garantia de direitos de cidadania. Dentre as respostas fornecidas nos questionários, observamos que 12% dos discentes acreditam que é importante refletir a questão social na Amazônia porque a região possui especificidades, porém não as citam de maneira clara, embora expressem uma consciência relativa à existência das referidas características próprias da região.

Em 4% dos questionários pudemos observar uma abordagem menos crítica, o entendimento posto nessas justificativas se orientava no sentido de que devemos estudar as especificidades da questão social na Amazônia simplesmente porque a região é importante para o Brasil e para o Mundo. A preocupação diante dessa compreensão é a visão que se explicitou da Amazônia como um conjunto de recursos naturais a ser pesquisado e protegido para vir a servir a conjuntura global. Ao aludir aos recursos naturais, podemos trazer para o debate a Sustentabilidade na Amazônia, bem como suas tensões e contradições na sociedade capitalista, pois, “a produção do capital subordina e assimila a si, progressivamente, todo o espaço e todo o sentido da vida individual e coletiva, tornando-a funcional à produção de si como lucro ampliado” (FINELLI, 2003, apud IAMAMOTO, 2007, p. 52). Obviamente, não escapam dessa lógica de subordinação os recursos naturais, que deixam de ser utilizados para a satisfação de necessidades humanas para servir aos interesses de lucro do capital.

Pensar em sustentabilidade pressupõe reconhecer uma lógica que se contrapõe à capitalista. Numa perspectiva contra-hegemônica, a sustentabilidade envolve as dimensões ambiental, econômica, social, cultural, espacial, psicológica, política nacional e internacional (SACHS, 2009). De acordo com Nascimento *et al.*

(2022), o termo sustentabilidade está associado à capacidade de manutenção e sustentação equiparada dos recursos naturais. Ao tratarmos da noção de sustentabilidade na Amazônia, a discussão se torna mais profunda, pois envolve a compreensão das particularidades regionais e adoção de políticas que sejam socialmente incluídas, ambientalmente e economicamente sustentáveis (SACHS, 2009). Tal discussão não foi citada pelos discentes; alguns questionários apenas mencionaram que a região era importante no âmbito mundial e, por isso, merecia ser estudada dentro do curso de Serviço Social no Amazonas, sem apresentar qualquer explicação sobre a razão de tal importância. Destacamos aqui que todos os questionários nos quais encontramos essa compreensão pertencem à IES2.

É válido salientar que entendemos como pensamento crítico aquele que está em acordo com o direcionamento atual da profissão, tendo em vista o projeto ético-político da categoria. Para Netto (2005), o Serviço Social, na sua vertente crítica, está comprometido com uma proposta alternativa ao projeto hegemônico capitalista e em favor de uma transformação societária. Para isso, a profissão adota como dimensão teórico-metodológica o marxismo, colocando-se eticamente favorável à ideia de emancipação humana, na compreensão de que “o desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a questão social e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante” (NETTO, 2001, p. 45). O autor afirma que a profissão, ao aprofundar a perspectiva crítica, rompe com antigas influências da categoria, ocorre, então, uma quebra do monopólio conservador na profissão e uma reorientação do trabalho e da formação profissional.

Na questão referente à percepção dos discentes a respeito dos problemas que mais afetam a realidade das populações existentes na Amazônia, algumas categorias puderam ser identificadas e mensuradas na proporção em que foram mencionadas pelos respondentes. Também foram contabilizados os discentes que não apresentaram resposta para essa questão. Tais categorias e suas proporções estão dispostas na Tabela 1.

Tabela 1 – Problemas que mais afetam os povos da Amazônia

Visão dos Discentes da IES1 E IES2	Porcentagem %
Falta/ fragilidades de políticas públicas e sociais para a região	59
Difícil acesso	15
Problemas Ambientais	14
Falta de informação	9
Desigualdades	8
Desvio/ falta de recursos e corrupção	4
Número de filhos / planejamento familiar	2
Burocracia e Falta de democracia	1
Preconceito e discriminação	1
Falta de profissionais qualificados	1
Formas de produzir	1
Não há problemas	1
Sem Resposta	9

Fonte: Pesquisa de Campo (2016)

Observa-se que os maiores problemas identificados pelos alunos das IES investigadas são referentes à falta ou fragilidade de políticas públicas e sociais para a região, o difícil acesso a esses povos e os problemas ambientais. A inexistência ou a fragilidade de políticas públicas e sociais pensadas para a região, e colocadas em prática no contexto dessas populações, são expostas pela maioria dos estudantes

como o maior problema dos povos amazônicos. Em 59% dos questionários identificamos o seguinte entendimento:

A fragilização das políticas públicas que não atendem totalmente às demandas dessa população, pois estas não dão conta de responder às necessidades dos povos amazônidas por serem pensadas no padrão sul/sudeste. Logo, as populações da Amazônia não têm consolidada a proteção social (PESQUISA DE CAMPO, 2016).

O que mais afeta a população rural, ribeirinha e indígena é a fragilidade das políticas sociais, que atendem as demandas desses usuários (PESQUISA DE CAMPO, 2016).

Verificamos aqui uma compreensão dos discentes de que as estratégias existentes e postas na região não dão conta de atender às necessidades dos povos da Amazônia, de modo que se faz necessária a elaboração de formas de intervenção mais eficientes, por meio de políticas sociais e públicas capazes de abarcar as demandas dessas populações com características tão diversificadas e configurações culturais que não podem ser ignoradas no contexto da profissão, cuja ação está intimamente ligada aos interesses e antagonismos de classes. Essa percepção dos discentes dialoga com as diretrizes curriculares propostas pela categoria, nas quais é preconizado que o profissional em Serviço Social deve atuar sobre as expressões da questão social por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e de movimentos sociais.

Outro ponto bastante citado nos questionários analisados foi o difícil acesso dessas populações às políticas. Os discentes que desenvolveram suas respostas nesse sentido mencionaram que a dificuldade de chegar até esses povos os colocavam à margem de políticas públicas essenciais. Porém, não abordaram a necessidade da formulação de tais políticas voltadas para a realidade amazônica ou a responsabilidade do Estado em atender às demandas advindas desses povos. Desigualdades, preconceito e discriminação também foram citados pelos estudantes de Serviço Social nas IES investigadas como dilemas vivenciados pelos povos amazônicos. Tais elementos foram expostos de maneira simples nos questionários sem muitas explicações ou exemplificações para análises.

Constatamos que a falta de profissionais qualificados foi apontada pelos estudantes como um dos problemas inerentes ao tema. Algo que nos causou certo espanto diz respeito ao direcionamento de alguns questionários na identificação dos problemas dos povos da Amazônia, como por exemplo, a ideia de que as dificuldades desses povos estão fincadas na quantidade de filhos que possuem ou na falta de planejamento familiar. A categoria buscou romper com essa visão desde as bases do movimento de reconceituação, mas podemos verificar na resposta abaixo que ainda existem dentro da formação profissional em Serviço Social discentes com o olhar do ideário burguês que já foi a base da fundamentação teórico-metodológica da profissão: “A questão de filhos (número de filhos por família, falta de oportunidade ou até mesmo o comodismo)” (PESQUISA DE CAMPO, 2016).

Vale ressaltar que o Serviço Social enquanto profissão crítica entende que a condição dos indivíduos na sociedade está situada no contexto das relações e antagonismos de classe, inclusas no processo de desenvolvimento capitalista e sua lógica de expropriação e acumulação. Responsabilizar os sujeitos pela condição precária do meio social no qual estão inseridos é desconsiderar os processos sócio-históricos e a própria essência da questão social e suas expressões, cuja apreensão não se dá fora da lógica capitalista, como já dito anteriormente.

Tal percepção conflita com o posicionamento do projeto ético-político dos assistentes sociais e certamente afeta no pensar interventivo desse futuro profissional. Outra resposta que nos causou surpresa corresponde à assimilação dos problemas regionais por uma perspectiva meramente financeira e produtiva, como disposto na resposta abaixo, na qual o acadêmico expõe sob o seu ponto de vista quais os problemas que mais afetam os povos amazônicos: “Afeta a questão financeira, e a falta de conhecimento familiar e criação de seus filhos e a forma de produzir seus produtos” (PESQUISA DE CAMPO, 2016).

Esta fala entra em consonância com a visão capitalista que sempre se impôs sobre a região, que preza a expropriação de modos de vida e trabalho tradicionais, com o intuito de servir ao capital. Incorporando as formas de produção locais à lógica do mercado, resumindo a qualidade de vida dos povos a lucro, dinheiro e acumulação. Não se aproxima da realidade das populações que possuem características culturais diversas, compreendidas dentro da ampla sociodiversidade amazônica. Esse pensamento carrega uma visão acrítica que caminha para atender as tendências neoliberais, sem se preocupar realmente com as demandas existentes na região e a potencialidade das intervenções sob outra ótica, como por exemplo, a de sustentabilidade.

Por fim, evidenciou-se que em 1% dos questionários há uma compreensão de que não existem problemas que afetam esses povos. Nota-se certa naturalização dos problemas como fatalidades da vida contemporânea, e assim a ação no sentido de intervir sobre tais dificuldades não é necessária, visto que não existem problemas a serem trabalhados. Esse entendimento desconsidera a falta de acesso desses povos a direitos básicos, tais como saúde e educação, a invasão de seus territórios, a expropriação de seus modos de vida, as especificidades culturais e geográficas que são ignoradas no atendimento das demandas dessa população, a falta de políticas públicas efetivas para a realidade amazônica, também não leva conta a violência e o preconceito que recaem sobre esses povos em variados aspectos da vida cotidiana, entre outros fatores que fazem parte da realidade dessa população tão diversa.

Assim, o que podemos analisar, com as categorias expostas e extraídas dos questionários aplicados, é que existe um reconhecimento por parte da maioria dos discentes que participaram da pesquisa nas IES investigadas no que se refere à importância de se refletir a questão social na Amazônia. A maior parte dos respondentes compreende que a questão social na Amazônia é produto da lógica capitalista, cujas expressões ganham feições particulares na região e atingem os povos locais nos variados âmbitos da vida social, impactando sobre seu modo de vida. Nesse sentido, é necessário que os assistentes sociais possam pensar políticas públicas voltadas para a realidade dos povos amazônicos. Entretanto, percebemos que existem distorções graves em algumas assimilações sobre o tema proposto nos questionários. Explicita-se em nossa análise que as maiores distorções no que diz respeito ao entendimento da questão social e suas expressões na Amazônia estão nos questionários aplicados na IES2.

Percebemos a importância de problematizar a qualidade do ensino proporcionado dentro das IES, principalmente no tocante às instituições de caráter privado, nas quais a formação é um produto disponível para ser adquirido como mercadoria. Coloca-se uma preocupação com o ensino proposto nas IES privadas de caráter a distância, principalmente dentro do curso de Serviço Social, cujo direcionamento da categoria reconhece a educação de qualidade, em todos os seus níveis, como um direito constitucionalmente garantido, e discute a sua mercantilização no âmbito acadêmico.

Nessa pesquisa explicitou-se que a IES2, apesar de possuir um maior número de polos e estar presente em mais municípios, também é a que possui mais problemas inerentes à compreensão de pontos centrais para a profissão, tais como a questão social e suas expressões na região. Na referida instituição não existe uma atenção clara às características amazônicas e isso, obviamente, se reflete na assimilação dos discentes sobre o meio social. Acreditamos que tal percepção exercerá influência sobre a intervenção desses futuros profissionais no contexto das populações locais e sobre o próprio entendimento da profissão em sua utilidade social.

4. Estratégias das IESs para o trato da questão social na Amazônia

O PPC da IES1 prevê o trato da questão social na Amazônia por meio de disciplinas específicas, obrigatórias e optativas, que constituem a estrutura curricular do curso de Serviço Social na instituição, também inclui o tema em atividades de ensino, pesquisa e extensão, embasando a formação oferecida no projeto ético-político da categoria.

O PPC da IES2 não dispõe de qualquer estratégia específica, mas ressalta que o acadêmico matriculado no curso ao realizar pesquisa e extensão, na conjuntura da formação ofertada, tem a possibilidade de abordar a realidade local ao qual pertence, de modo a compreendê-la e intervir sobre ela. O PPC faz referência ao projeto ético-político dos assistentes sociais, mas não busca aprofundar os princípios norteadores do projeto profissional.

Observou-se na pesquisa que, do total de questionários, 26% dos alunos acreditaram discutir a questão social no âmbito amazônico durante as aulas e dentro das disciplinas do curso, 6% citaram atividades relacionadas a estudos de caso, pesquisas de campo e ações em comunidades, 5% perceberam a questão social na Amazônia dentro de sua formação no contexto de palestras, oficinas e rodas de conversa, outros 5% compreenderam a abordagem do tema por meio de trabalhos e atividades produzidas na conjuntura da graduação, 4% citaram artigos acadêmicos e científicos, bem como leituras trabalhadas pelos professores nas disciplinas ministradas no decorrer do curso, 4% compreenderam a abordagem do tema por meio de trabalhos e atividades produzidas na conjuntura da graduação, 2% acreditaram se aproximar dessa questão no desenvolvimento do estágio, 1% mencionou debates que tratam a questão social e suas particularidades na Amazônia, porém não explicitaram onde e como ocorreram tais debates, e por fim, 1% mencionou a semana acadêmica de Serviço Social como espaço para se refletir a questão social na Amazônia, contudo, tal evento só é citado nos questionários da IES1; 35% dos questionários não apresentaram resposta para essa pergunta e 15% fugiram do contexto da questão, abordando temáticas que não proporcionavam um entendimento claro do que o discente pretendia comunicar.

Dito isso, percebemos que os discentes participantes da pesquisa, em maioria, compreenderam estar abordando a questão social na Amazônia dentro da graduação nas IES1 e IES2, através de aulas e disciplinas. Como dito anteriormente, a IES2 não oferece qualquer disciplina específica sobre a questão social na Amazônia, contudo os alunos nela matriculados parecem acreditar que os conteúdos ministrados pelos professores dão conta de apreender as particularidades regionais.

5. Considerações Finais

O presente estudo evidenciou que ambos os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) das Instituições de Ensino Superior (IES) investigadas reconhecem a

apreensão da questão social como fundamental para a formação profissional em serviço social, bem como citam o Projeto Ético-Político da categoria como elemento norteador imprescindível na formação profissional. Contudo, apenas no PPC da IES1 foram encontradas estratégias claras que visavam uma aproximação da Questão Social no contexto das particularidades amazônicas, e uma conexão clara com os eixos do referido projeto.

Ficou notório que a maioria dos acadêmicos matriculados nos cursos de Serviço Social no interior do Estado, na conjuntura das instituições participantes da pesquisa, reconhece a questão social como objeto da profissão e entendem a importância de conhecer as particularidades regionais no sentido de favorecer a elaboração de estratégias interventivas nos diversos espaços sociais. Destaca-se que todas as percepções contrárias a esse entendimento foram relatadas nos questionários vinculados à IES2, o que causa preocupação em relação aos rumos da formação no Amazonas.

Dentro das diversas compreensões relativas às dificuldades vivenciadas pelos povos amazônicos, observa-se que os maiores problemas identificados pelos alunos das IES investigadas são referentes à falta ou fragilidade de políticas públicas e sociais coerentes para a região. Observa-se, também, que as principais distorções a respeito das expressões da questão social na Amazônia foram encontradas nos questionários da IES2. Tal contexto revela a importância da continuidade no debate sobre os impactos da mercantilização da educação superior na formação profissional, e nos traz a importância de pensar em estratégias que superem a fragmentação do ensino em todas as modalidades de ensino.

A construção de um PCC que abarque as particularidades regionais da Amazônia é imprescindível na formação de assistentes sociais nortistas, visto que essa compreensão irá direcionar a formas de intervenção deste profissional nos diversos espaços sócio-ocupacionais. Por isso, formar um assistente social com qualidade, capaz de traduzir e interpretar as particularidades da expressão da questão social na Amazônia, possibilitará a formulação, gestão e planejamento de políticas públicas e sociais coerentes com as demandas urbanas e rurais, numa perspectiva de totalidade.

Referências

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE SERVIÇO SOCIAL. ABESS/CEDEPSS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de nov. 1996. **Cadernos Abess** n. 7. Edição Especial. São Paulo: Cortez, 1997, p. 58-76, 1997.
- BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF, 27 abr., 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 18 jun. 2023.
- AMARAL, W. R.; BILAR, J. A. B. A questão indígena no Serviço Social: um debate necessário na profissão. **Revista Em Pauta**. Rio de Janeiro. 2º Semestre de 2020 - n. 46, v. 18, p. 180 – 195. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/52013/34470>. Acesso em: 18 jun. 2023.
- BARBOSA, Maria José de Souza; SÁ, Maria Elvira de. A questão social na Amazônia no capitalismo contemporâneo: O Estado do Pará em foco. In: SCHERER,

-
- Elenise Faria. **Questão Social na Amazônia**, 1ª Ed. Manaus. Editora Edua, 2009.
- CASARA, Rubens. **Contra a Miséria Neoliberal**. 1ª Ed. Autonomia Literária, 2021.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. 4ª Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007.
- IANNI, Octavio. Questão Social. **Ciência & Trópico**. São Paulo. 1989, v 17. Nº 2, p. 789-202. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/436/322>. Acesso em: 18 jul. 2023.
- IES1. **Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social**. Parintins, 2012.
- IES2. **Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Serviço Social**. Londrina, 2017.
- NASCIMENTO, Nádia Socorro Fialho; TEIXEIRA, Joaquina Barata; SÁ, Maria Elvira Rocha de; SILVA, Thaís Sousa. Lógica do capital e (in) sustentabilidade na Amazônia. In: ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de; CUNHA, Marinez Gil Nogueira; CAVALCANTE, Lidiany de Lima; FERNANDEZ, Cristiane Bonfim. **Serviço Social, Políticas Públicas e Sustentabilidade**. Alexa Cultural: São Paulo, Edua: Manaus, 2021.
- NETTO, José Paulo. O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. Nº 84 – ANO XXVI. São Paulo: Cortez, 2005.
- NETTO, Paulo José. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. **Revista Temporalis**. Ano 2, n. 3, jan/jul 2001. Brasília: ABESS, Graflin, 2001, p. 41-50. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf. Acesso em: 22 jun. 2023.
- PINTO, Rosa Maria Ferreiro. **Estágio e Supervisão: um desafio teórico-prático do Serviço Social**. São Paulo: PUC/NEMESS, 1997.
- SACHS, Ignacy. Ignacy Sachs. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Org. Paula Yone Stroh. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- TEIXEIRA, Joaquina. Barata. O desafio da inclusão social no cenário atual brasileiro e amazônico. In: SCHERER, Elenise Faria. **Questão Social na Amazônia**, 1ª Ed. Manaus. Editora Edua, 2009.